

REARMAMENTO E A GEOPOLÍTICA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL: ENTRE OS DESAFIOS DOMÉSTICOS E A AUTONOMIA ESTRATÉGICA.¹

*Antonio Henrique Lucena Silva**

*Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior***

RESUMO

Em diálogo com os atuais debates sobre o rearmamento na América do Sul, o presente artigo busca responder às seguintes indagações: quais as principais motivações para o fato de Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela terem iniciado programas de rearmamento? Os países em questão possuem mais similitudes ou diferenças na compra de material bélico? As respostas às respectivas questões serão formuladas a partir de dois níveis de análise. No primeiro, desenvolveremos a descrição e análise do cenário geopolítico do continente americano, com foco especial para a América do Sul. Em seguida, empreendemos a análise do material bélico dos países em apreço. A partir destes procedimentos apresentaremos as principais razões que nos permitem inferir sobre as motivações na compra de material bélico e os tipos escolhidos.

PALAVRAS CHAVE: Geopolítica Regional, Rearmamento, Autonomia Estratégica, América do Sul.

* Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, Bolsista da CAPES, Membro do Núcleo de Desenvolvimento e Região, D&R – UFPE.

** Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Bolsista do CNPq, Membro do Núcleo de Desenvolvimento e Região – D&R e do Núcleo de Estudos de Política Comparada e Relações Internacionais – NEPI, ambos da UFPE.

¹ Gostaríamos de agradecer a revisão textual realizada por Mylena Azevedo e os comentários dos Professores Thomas Heye (UFF) e Cleber Franklin (UFRR). Somos igualmente gratos ao Prof. Rafael Villa (USP).

ABSTRACT

In dialogue with the current debate about rearmament in South America this paper seeks to answer the following questions: what are the main motivations of Brazil, Chile, Colombia and Venezuela for leading a rearmament program in the region? Do the countries present more similarities or differences concerning the kind of military equipment? The answers for those questions will be formulated by two levels of analysis. The first one develops the description and analysis of the geopolitical scenario of the American continent, with special focus on South America. Following to that we proceed with the study of the war material from those countries. With this, we shall present the main reasons that allowed us to infer about the main motivations that led then in buying military equipment as well as their kind and purposes.

KEY WORDS: Regional Geopolitics, Rearmament, Strategic Autonomy, South America.

1 INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria e o advento dos processos de redemocratização no subcontinente sul americano as Forças Armadas perderam, progressivamente, o espaço de destaque que tinham durante o período autoritário. De certa forma, esta redução de poder refletiu-se na relativa diminuição do poder militar desses países, passível de ser averiguada pela análise do tipo de equipamento e gastos militares. Não obstante esta tendência, durante o final da década de 1990 e início dos anos 2000 os países da América do Sul passaram por um período de rearmamento. Nesse mesmo período, o cenário macroeconômico internacional era favorável, possibilitando o crescimento econômico na região, em alguns casos através da valorização das *commodities*, trazendo maior receita para os países. Mudanças políticas nos cenários domésticos, mas também advindos das dinâmicas de segurança regional, fizeram urgir por incrementos nas capacidades militares dos países. É nesse cenário que Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela iniciaram um programa de modernização das suas Forças Armadas.

Também é fato que as plataformas de sistemas de armas dos países acima mencionados estavam em um grau de obsolescência alto. No contexto sul americano, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela são exemplos de países que fazem parte de um novo ciclo de rearmamento na região, chegando, inclusive, a liderar o processo em curso. Cientes destes eventos nós realizamos as seguintes indagações: quais as principais motivações para o fato dos países terem iniciado o programa de rearmamento? Além de possuírem diferentes motivações para adquirir novas armas, os países possuem mais similitudes ou diferenças na compra de material bélico? Partimos da hipótese de que o rearmamento recente na região é motivado por dois fatores: 1) finalidade geopolítica de projeção de poder e incremento da capacidade militar na região, e 2) finalidade técnica sem expressivas pretensões de aumento de influência ou pressão sobre a região, sendo o rearmamento mais profundamente motivado por desafios domésticos. Lançaremos mão das seguintes variáveis: fatores geopolíticos, modernização das forças armadas, aumento das capacidades militares nacionais, diversificação de fornecedores e compras governamentais. O grande aspecto distintivo entre as duas hipóteses é a busca por parte dos países em alcançar uma autonomia tecnológica, como é o caso do Brasil e Venezuela, diferente de objetivos geopolíticos e estratégicos mais módicos como os de Colômbia e Chile.

Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir para o debate contemporâneo sobre o rearmamento sul-americano, enriquecendo o com as perspectivas analíticas da geopolítica e da análise de material bélico. Combinadas, as perspectivas permitem uma compreensão mais ampla sobre as complexas relações estratégicas entre os principais poderes regionais sul americanos.

2 O CONTEXTO E DINÂMICA DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL: CENÁRIOS “INTERMÉSTICOS” E O JOGO GEOPOLÍTICO DAS AMÉRICAS

Como dito anteriormente, o presente artigo busca responder as seguintes indagações: quais as principais motivações para o fato dos países terem iniciado programas de rearmamento? Os países em questão possuem mais similitudes ou diferenças na compra de material bélico? As respostas às respectivas questões serão formuladas a partir de dois níveis de análise. No primeiro, desenvolveremos a descrição e análise do cenário geopolítico do continente americano, com foco especial para a América do Sul. Com isso apresentaremos as principais razões e inclinações que nos permitem inferir sobre as motivações na compra de material bélico e os tipos escolhidos. Como a análise de motivações induz o pesquisador a levar em consideração uma teia de aspectos complexos, históricos e multicausais, optamos por uma análise geopolítica, tradicionalmente interdisciplinar. Para a resposta da segunda indagação iremos empreender uma análise da compra de armamentos bélicos, reorganização das Forças Armadas em questão e o problema do equilíbrio estratégico da região. A conclusão mais geral que podemos antecipar é que existem dois comportamentos estratégicos passíveis de serem explicados por motivações e finalidades que variam em alcance e interesse, são eles: a busca por parte dos países em alcançar uma autonomia tecnológica, como é o caso do Brasil e Venezuela, diferente de objetivos geopolíticos e estratégicos mais módicos como os de Colômbia e Chile. Não obstante estes últimos produzam externalidades para a geopolítica do subcontinente sul americano.

As transformações recentes na geopolítica regional na América do Sul podem ser entendidas pela ideia de jogos de múltiplos níveis. Inicialmente sistematizada por Robert Putman (1988), a ideia segundo a qual a diplomacia e a política externa poderiam ser explicadas pela lógica dos jogos de dois níveis, em que as relações entre arena doméstica e a internacional encerrariam o complexo de causalção, constituindo o nexos causal essencial para a explicação. Embora não utilizemos a rigor a abordagem dos jogos de dois níveis, aproveitamos a lógica de explicação entre diferentes níveis, no caso o regional e o internacional. Esta concepção advoga que o entendimento e explicação da geopolítica regional devem dialogar com os grandes jogos da arena regional e global, de forma a produzir um conhecimento calcado em uma perspectiva sistêmica.

A partir dessa orientação seguem análises dos cenários “intermésticos” (Nogueira e Messari, 2005) que possibilitam delinear as principais motivações geopolíticas e estratégicas para o novo ciclo de rearmamento na América do Sul. A sub-região em questão, embora seja uma zona de relativa paz, não está isenta de apresentar conflitos, litígios e desavenças, sejam elas resolvidas por meio diplomático ou militar (Mares, 2001). A seguir, apresentamos um mapa onde cruzamos os principais focos de recentes conflitos político e militar.

Mapa 1: Teia de Conflitos e Litígios Contemporâneos na América do Sul



Fonte: Mapa de referência – South America, In: Cia Fact Book. https://www.cia.gov/library/publications/the_worldfactbook/maps/refmap_south_america.html

Na figura anterior (Mapa 1 - pag. 31) é possível vislumbrar as principais teias de conflitos na América do Sul, são eles: Brasil-Paraguai, Brasil-Bolívia, Chile-Peru, Chile-Bolívia, Colômbia-Venezuela, Colômbia-Ecuador, Venezuela-Suriname. Embora os desentendimentos ligados a essas relações bilaterais nem sempre se resolvam por *mano militar*, estes sustentam animosidades, litígios e conflitos entre os países. Cabe salientar que as motivações para essas disputas são históricas em sua grande maioria. Dizem respeito, por exemplo, à insatisfação quanto à demarcação territorial, acesso a mares, disputa de recursos estratégicos, além de disputas originadas pelo próprio desequilíbrio na balança de poder na região². Um dos produtos destes processos é a consolidação recente de duas grandes linhas de opção política na América do Sul³. A primeira visa uma política mais autonomista pela construção de um regionalismo sul americana. A segunda persegue um caminho de maior alinhamento com os Estados Unidos, onde o regionalismo não figura como aspecto essencial na política externa. Esse estado de coisas é aqui representado pela metáfora de um novo Tratado de Tordesilhas, no qual existiria uma América voltada para o pacífico e para os EUA, e outra projetada ao Atlântico, mais autonomista quanto a projetos regionais e inserção internacional.

² Segundo Buzan e Waever: Some of the most important interstate wars in Latin America have been: the Cisplatine War (Brazil vs Argentina, 1825–8 – eventually producing Uruguay); the Triple Alliance War (Brazil, Argentina, and Uruguay against Paraguay, 1865–70); the War of the Pacific (Chile gained territory at the expense of Peru and Bolivia, 1879–83); the Chaco War (Bolivia vs Paraguay, 1932–5 – Paraguay gained territory from Bolivia); the Leticia War (Colombia vs Peru, 1932–3); the Zarumilla War (Peru vs Ecuador, 1941 – and in 1981 and 1995); the Falklands Malvinas War between Argentina and Britain (1982). Some civil wars were more bloody than most of the interstate wars: 'la violencia' in Colombia (1949–62); the repression of dissidents in Chile (1973–7); 'the Dirty War' in Argentina (1976–80); the fight against the *Sendero Luminoso* in Peru (1982–c. 2000); and now the ongoing armed conflict in Colombia. Most interstate wars were fought over boundaries – some resulting in new states, most about contested areas." (2003, p. 305).

³Valladão (2007) desenvolve este raciocínio a partir da idéia de uma "nova Lina de Tordesilhas", entre uma opção integracionista atlântica e a outra voltada a bacia do oceano pacífico nas Américas.

Além das disputas bilaterais entre os países da América do Sul, adicionado às novas ameaças como as narcoguerrilhas, o jogo geopolítico da região também é acirrado pela divisão desses países sobre o futuro da América do Sul e o seu papel no mundo. Assim, segue uma discussão sobre essas questões a partir das realidades e preocupações de países selecionados.

Ao discutir o caso brasileiro, pode se argumentar que existe um relativo consenso entre a literatura de Relações Internacionais brasileira sobre o conteúdo estratégico atribuído pelo governo Lula ao regionalismo sul americano (Soares de Lima e Hirst, 2006; Vizontini, 2007; Moniz Bandeira, 2008). Além de consolidar uma tendência iniciada no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, de "manter o gigante distante" (leia-se os Estados Unidos da América), o regionalismo, sob a égide do MERCOSUL e da UNASUL visa criar formas de estabilidade política e gerência dos assuntos regionais no sub continente. Nesse sentido, o grande desequilíbrio de poder entre o Brasil e os seus vizinhos, além do seu poder estrutural em influenciar as normas e instituições da região, reforçam os intentos da política de potência regional na América do Sul.

Não obstante existem desafios. O primeiro é a postura não definida dos EUA sobre se permitirá a criação de uma zona de influência brasileira nas Américas, ou se uma possível hegemonia brasileira na sub-região iria competir ou não com a supremacia estadunidense. Nesse caso, a reativação da IV Frota Naval impõe apreensões sobre a segurança brasileira e sul americana, tal como um forte fator de dissuasão em face de políticas que ponham em cheque o poderio e influência estadunidense na região (Bataglino, 2009).

Além desse aspecto, a reticência da Colômbia em apoiar o regionalismo na América do Sul e impedir a participação de países como Brasil e Chile na resolução do problema das narcoguerrilhas apresentam-se como problemáticas para a perseguida liderança brasileira. Com isso, o acirramento das relações EUA-Colômbia, especialmente no campo militar, envolvendo equipamento e pessoal, impõe possíveis riscos à soberania brasileira, em especial à sua porção amazônica. Mais recentemente, este cenário está se tornando mais sensível, pois além dos militares e equipamentos americanos em solo colombiano em

virtude do Plano Colômbia, os governos de Uribe e Obama negociam um acordo militar para implementação de três bases estadunidenses na região. Após a entrega da base de Manta para o governo do Equador, estas bases na Colômbia serão redutos privilegiados para atuação militar estadunidense na região, especialmente pela sua localização em áreas da floresta amazônica.

Adicionado a esse fator, considera-se que a referida presença será uma forma de trazer para a América do Sul a guerra contra o terror, dado que o governo dos Estados Unidos considera como terroristas alguns grupos guerrilheiros colombianos, em especial as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia FARC⁴.

Por outro lado, além do incremento da presença estadunidense na região e das ameaças tradicionais aos intentos geopolíticos do Brasil para a região, existe a questão da concorrência da Venezuela pela liderança regional. A divisão dos países sul-americanos entre as propostas brasileira (Mercosul), venezuelana (Alba) e estadunidense (Alca) sobre o regionalismo enfraquece as capacidades de articulação e negociação política coordenada da região. Ademais, as atividades e acordos da Venezuela no âmbito militar com China e Rússia podem ser percebidos como fatores que visam influenciar no equilíbrio estratégico da região. Assim, os desafios geopolíticos e estratégicos enfrentados pelo Brasil tendem a ser interpretados a partir de medidas organizacionais (Estratégia Nacional de Defesa⁵) e da compra de novos equipamentos e doutrinas militares (Estratégia Braço Forte⁶). É neste contexto que a relação histórica com a França se faz de expressiva relevância estratégica, agora em evidência pelo programa FX-2 e pela cooperação militar na área naval e submarina. Adiciona-se a esses exemplos a pretendida reorganização das forças armadas, em especial o Exército Brasileiro, junto com a compra de material bélico de caráter dissuasório e de projeção de poder (como submarinos da classe *Scorpène* e compra de caça de 4ª geração pelo programa FX-2).

⁴ "EUA e Colômbia negociam acordo militar". In: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090716_acordocolombiaeua_np.shtml

⁵ <http://www.exercito.gov.br/05notic/paineis/2008/12dez/img/defesa.pdf>

⁶ <http://www.exercito.gov.br/05notic/paineis/2009/06jun/img/bracoforte.pdf>

O caso chileno tem como conjuntura crítica para o seu rearmamento a Lei do Cobre⁷. Em vigor desde a década de 1980, permitiu que as forças armadas do país, antes em estado de quase obsolescência se tornassem uma das mais bem equipadas da região. Embora o Chile seja um país relativamente modesto quanto as suas ambições geopolíticas na região, não deixa de ter problemas estratégicos relevantes. Entre os quais, além da defesa de sua zona econômica preferencial no oceano Pacífico tem no âmbito terrestre e marítimo suas principais ameaças. Como mencionado anteriormente, a Guerra do Pacífico entre Chile, Peru e Bolívia, embora tenha terminado com a vitória chilena contra a aliança Bolívia-Peru, não fez sucumbir às reivindicações destes países sobre o território chileno. A partir deste contexto, emerge a necessidade de dissuasão diante da insatisfação peruana em relação à região Norte do Chile, pivô inicial da Guerra do Pacífico. O país, envolvido nessa situação, atende a importância de manter uma capacidade militar superior em relação à Bolívia e ao Peru, de forma dissuadir o primeiro de tentativas violentas de conseguir saída para o mar, e para o segundo maiores reivindicações sobre os territórios do Chile. No entanto, ao perseguir a manutenção de um desequilíbrio estratégico favorável a si contra Peru e Bolívia tem encontrado ameaças a este *status quo*. Estas podem ser entendidas pela preocupação chilena com acordos entre Bolívia e Venezuela para construção de bases militares em área próxima à fronteira. Um dos elementos mais expressivos é a construção de um posto militar boliviano na zona do Rio Silala. A questão neste episódio é que Chile e Bolívia disputam essas águas a mais de um século, sendo essas importantes para o Chile, pois as águas que afluem para o Rio Loa têm sua nascente na Bolívia.

No entanto, o dado mais relevante deste episódio é a participação da Venezuela no projeto boliviano de construção de cerca 24 bases ao longo da fronteira deste país com Argentina, Brasil, Chile e Peru. Além disso, Chávez não apenas financiará as unidades militares a serem construídas, mas as Forças Armadas da Venezuela estarão a cargo da construção⁸.

⁷ A Lei 13.196 "Reservada del Cobre", garante uma porcentagem fixa do total de cobre exportado destinado especialmente para a compra de material bélico. In: "El equilibrio militar entre el Perú e Chile", <http://www.harrymagazine.com/200603/equilibrio.htm>

⁸ "La alianza militar Chávez Evo que complica a Chile". In: http://www.defesanet.com.br/zz/al_bol_ven.htm

Doravante estes desafios, o governo chileno tem reagido de forma a garantir a manutenção de capacidade bélica moderna e forças armadas profissionais com finalidades de defesa e dissuasão. Por exemplo, a intenção de compra de um novo pacote de caças F-16 da Holanda (FAM, 2008). Apesar de suas preocupações sobre possíveis ameaças em seu exterior próximo, o Chile não pretende maiores ambições geopolíticas na região, gozando inclusive de boas relações com o Brasil. Partidário do regionalismo aberto pretende agora participar da gestão da estabilidade política e de problemas políticos militares na América do Sul por meio da UNASUL.

Contrastando com o caso chileno, a Colômbia é palco de uma guerra civil de meio século, com graves repercussões domésticas e regionais. Desde a escalada de violência entre grupos conservadores e de esquerda na década de 1950 e a resolução violenta pelos grupos vencedores onde se tornou emblemático o episódio conhecido como "La Violencia", este país vive um estado constante de guerra civil que até o momento, foi incapaz de resolução por vias pacíficas⁹. Este complexo de violência civil e militar, com origens iniciadas na luta política ideológica, se metamorfoseou no fenômeno de guerra irregular, tendo como expressão máxima as narcoguerrilhas. Como afirmado anteriormente no presente trabalho, o conflito interno na Colômbia cristalizou a existência de áreas controladas pelas guerrilhas e por grupos paramilitares, onde o Estado colombiano não exerce soberania. É nesse contexto que o seu rearmamento é voltado, essencialmente, ao combate ao narcotráfico e às guerrilhas (contra insurgência). Como exemplo, sobre os quais desenvolveremos com mais detalhes na segunda parte do trabalho, são a compra de aviões militares brasileiros do tipo Super-Tucano e helicópteros Blackhawk estadunidenses, equipamentos utilizados para combater insurgência e guerrilhas.

⁹ Fonte: U.S. Library of Congress. In: <http://countrystudies.us/colombia/22.htm>

Mapa 2: As guerrilhas e as forças paramilitares na Colômbia



Fonte: Les guérillas et les forces paramilitaires en Colombie.
In: Le Monde Diplomatique, (Rekacewicz, 2000).
<http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/colombiendv49>

A guerra civil e a sua expressão como guerra irregular, além de serem problemas internos da Colômbia, destacam-se pelas externalidades negativas advindas da internacionalização e transnacionalização do problema doméstico colombiano das guerrilhas e do narcotráfico. Inclusive, o panorama do conflito civil colombiano foi, recentemente, o patamar possibilitador de situações de conflito interestatal, como a tensão política entre a Colômbia e países como Equador e Venezuela. Com efeito, o desafio posto pelas guerrilhas, paramilitares e o narcotráfico evocam a necessidade de cooperação internacional no combate a essas questões. No entanto, a opção colombiana sobre os parceiros preferenciais para a resolução do problema traz para a região um novo foco de tensões.

A postura soberanista colombiana de não-intervenção em seus assuntos internos por parte dos vizinhos tende a bloquear a participação dos países do subcontinente na resolução de um problema que não é apenas colombiano. Contudo, este país opta pela participação ativa de uma potência extra regional, os Estados Unidos para resolver o problema das guerrilhas e como suporte para a sua oposição aos rumos do regionalismo sul-americano¹⁰. Assim, a Colômbia embora não apresente ameaça bélica direta nem de curto prazo aos países pivô da região, no caso Brasil e Venezuela, ao permitir a participação direta dos EUA e da concessão de aspectos de sua soberania territorial a este país traz elementos complicadores para o projeto autonomista do novo regionalismo sul-americano, que visa, entre outras coisas, mudar o cenário geopolítico regional. Sem descartar nesta consideração o próprio caráter das narcoguerrilhas na classificação das novas ameaças nos estudos de segurança internacional.

O caso da Venezuela apresenta a maior mudança no que tange a orientação de Política Externa entre os casos estudados. Esta tem se dado em favor de um projeto de potência regional nunca antes vislumbrado pelo país. Com isso tem buscado influência na América do Sul, especialmente na Argentina (durante a crise econômica aguda no início deste século), Bolívia e Equador. Destes, apenas a Argentina não participa da Alternativa Bolivariana para as Américas e Caribe (ALBA). Contudo, as iniciativas expansionistas por parte da Venezuela (no que tange à influência e não controle territorial) têm enfrentado obstáculos, como sérias acusações de intervenção na política doméstica de países da região. Um evento recente que ilustra esse caso é o incidente sobre a crítica de Hugo Chávez a militares bolivianos e a ácida resposta de um importante militar da ativa, general Luis Trigo¹¹, sobre a intervenção do presidente venezuelano nos assuntos internos da Bolívia¹².

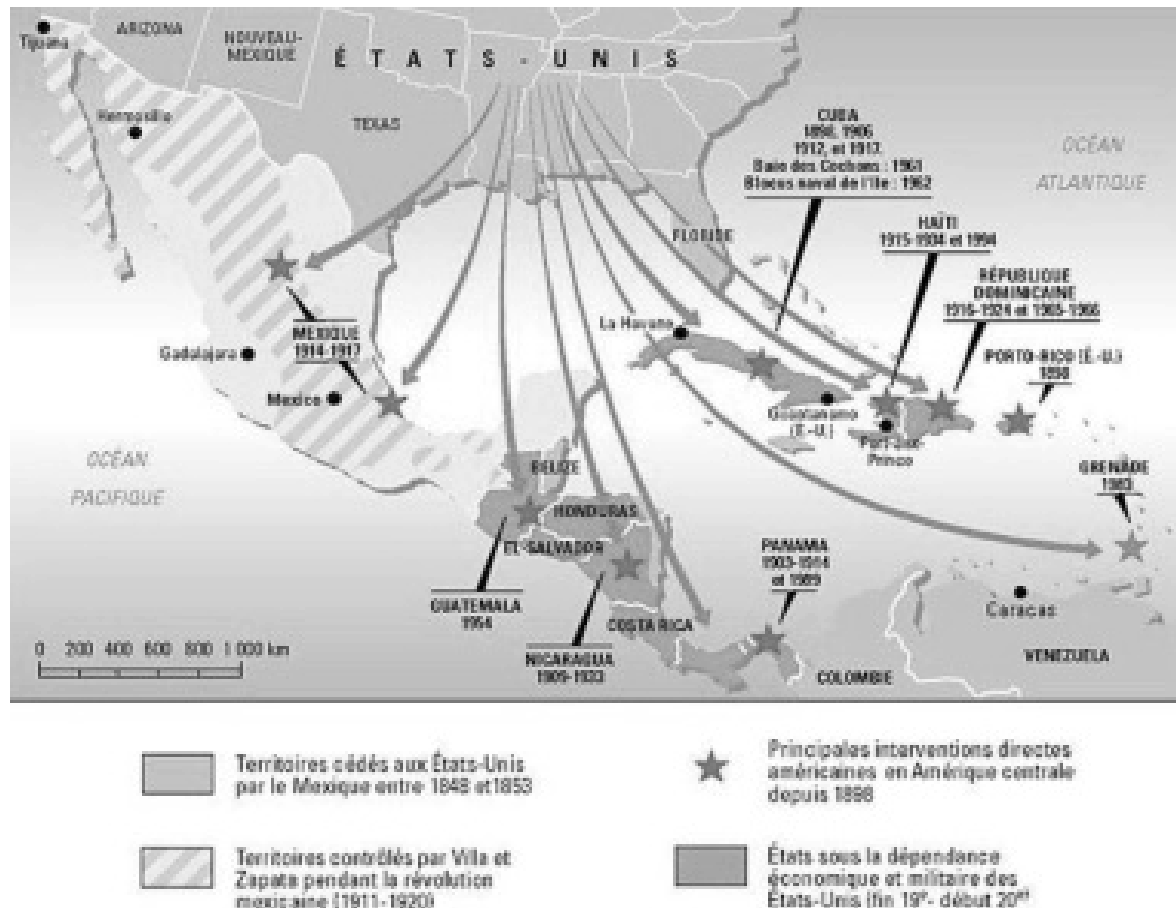
¹⁰ Especialmente no que tange a criação de mecanismos regionais de diálogo e cooperação na área de defesa, como o Conselho Sul Americano de Defesa, no âmbito da UNASUL. In: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u404376.shtml>

¹¹ "Leia nota das Forças Armadas da Bolívia na íntegra". In: <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Ffolha%2Fmundo%2Fult94u444393.shtml>

¹² "Forças Armadas bolivianas fizeram "greve" diz Chávez". In: http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MRP759153_5602,00.html

No que tange ao jogo geopolítico regional é importante notar que a projeção da Venezuela se dá prioritariamente para a América Central e Caribe, clássica zona de influência dos Estados Unidos.

Mapa 3: Histórico de Ingerências Estadunidenses nas Américas



Fonte: Ingérences étatsuniennes. In: Le Monde Diplomatique (Rekacewicz, 1995).
<http://www.mondediplomatique.fr/cartes/amcentetatsunis>

A disputa por essa área de influência pode ser observada pela entrada de países da sub-região no projeto ALBA e pela profunda aliança com Cuba¹³. Além de lançar mão de mecanismos como a petro-diplomacia, governos da região iniciaram processos de mudança política semelhantes ao Venezuelano, como ocorrido no Equador e mais recentemente em Honduras antes do golpe de estado.

¹³ Os membros originais da ALBA são: Cuba, República Dominicana, Honduras, Nicarágua e Venezuela. Recentemente, o governo do Equador solicitou adesão ao bloco. É provável a entrada de San Vincent e Granadinas.

Os processos de mudança política na América Central incentivados pela política externa do governo Hugo Chávez podem ser entendidos como uma forma de contestação da supremacia norte americana na América Central e Caribe. Ademais, está claro que este país busca a consolidação de uma zona de influência na América Central, indispensável para alargar ao norte o perímetro de segurança venezuelano. Dentro desta lógica, entende-se a importância dada pela Política Externa deste país a projetos autonomistas, em especial a partir do regionalismo sul americano. Nesse campo, são notáveis as suas desavenças com a Colômbia, mais recentemente pelas incompatibilidades políticas, de projeto e principalmente, pela Colômbia permitir a presença física do poderio militar estadunidense na região. A essa preocupação também faz coro o governo do Presidente Lula da Silva¹⁴. Porém, existem riscos envolvidos nesta disputa. Para a compreensão destes se faz necessário o elemento das potências extra regionais na política da região.

A partir desses aspectos, talvez a mais importante iniciativa venezuelana para a região é o fato de este país ter lançado o convite a potências extra regionais para adentrar na geopolítica regional, seja como fornecedora de equipamento e cooperação técnico e militar ou como na construção de bases na região e exercícios militares. Referimo-nos especialmente à China e Rússia. Esta última, além de exercícios navais conjuntos no mar do Caribe, compra vários equipamentos militares, o presidente Chávez convidou a Rússia a estabelecer bases militares em território venezuelano¹⁵.

Apresentados os cenários domésticos e internacionais, e as suas respectivas interações, cabe indagar se as compras de armamentos bélicos e o seu tipo reforçam as hipóteses do presente trabalho. Assim, a seção do artigo que segue busca responder à seguinte pergunta: Quais as principais motivações para o fato dos países terem iniciado programas de rearmamento?

¹⁴ "Lula é contrário a maior presença militar dos EUA na Colômbia".

In: http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2009/07/30/lula_contrario_maior_presenca_militar_dos_eua_na_colombia_757043216.asp

¹⁵ "Chávez convida Russos a instalar bases militares". In: <http://www.areamilitar.net/noticias/noticias.aspx?nrnot=592>

3 AS FORÇAS ARMADAS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE, COLÔMBIA E VENEZUELA: AS CAPACIDADES MILITARES NACIONAIS E AS DIFERENÇAS E SIMILITUDES NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL BÉLICO

Comparativamente, a América da Sul é uma das regiões do planeta que menos investe em defesa. A América do Norte é a líder indiscutível nos gastos militares, principalmente por causa da região ser a dos Estados Unidos que, sozinho, possui 42% dos gastos militares do globo. Apesar da crise econômica mundial desencadeada pelos bancos americanos no setor de *subprime*, o gasto em armas subiu 4% se tomarmos como referência o ano de 2007. O valor atingiu 1,46 trilhões de dólares, sendo os Estados Unidos responsáveis por 607 bilhões de dólares do total. Respectivamente, os maiores compradores são: Estados Unidos, China, França, Grã-Bretanha, Rússia, Alemanha e Japão. Pela primeira vez a China passou os países da Europa tendo gasto cerca de 84,9 bilhões em armas, ficando a França logo após com 65,7 bilhões e o Japão, tradicional investidor em defesa, caindo para 7º posição com 46,3 bilhões¹⁶.

Na América do Sul, o Brasil é o país que mais gasta com defesa, ficando na 14º posição no total. Porém, os números brasileiros revelam uma problemática intrínseca aos gastos: Grande parte dos recursos vai para o pagamento de pessoal, cerca de 76% do orçamento total. Dessa forma, o país fica com poucos recursos para investimento e inversões. Na tabela abaixo colocamos a composição dos gastos brasileiros em defesa:

Tabela 1: Composição dos Gastos Brasileiros

Despesas	Milhões de Reais	Porcentagem (%)
Pessoal	27.298,02	75,66
Amortização e juros da dívida	2.002,49	5,61
Custeio	3.940,21	10,92
Investimento e inversões	1.945,36	5,39
Subtotal	35.206,08	97,57
Reserva de contingência	875,89	2,43
Total	36.081,97	100,0

Fonte: SEORI – Secretaria de Organização Institucional, AIAB – Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras

¹⁶ Dados obtidos à revista Newsweek de 22 de junho de 2009. Para referência completa ver bibliografia.

Os dados são do Ministério da Defesa no ano de 2006¹⁷ e revelam uma fragilidade dos gastos brasileiros, porque os investimentos no setor ficam com menos de 5,39% do total. Para o modelo teórico de Timothy Hoyt (2007), o autor realiza uma análise das indústrias militares e da política de segurança regional. O objetivo do autor é de elaborar um modelo de análise que aborda as mudanças de cálculos de segurança e as experiências militares na política industrial-militar. Ao focar o cálculo¹⁸ da segurança, o autor afirma que serve a dois propósitos: 1) Facilita uma análise mais sofisticada e acurada das motivações, do desenvolvimento e das habilidades das indústrias militares dos países; 2) A política de segurança dos Estados propicia importantes indicadores na aquisição, assimilação, desenvolvimento de tecnologia militar e de uso dual.

Para Hoyt (2007), a produção de armas em países de proeminência no âmbito regional deve ser cuidadosa porque os Estados, através da produção de armas, buscam engajar ou prolongar conflitos com os vizinhos, dissuadir intervenções externas com armas produzidas localmente, assim como a produção local minimiza a possibilidade de desabastecimento de suprimentos. O autor também afirma que Estados que possuam apenas interesse na segurança interna tem uma demanda menor em criar indústrias de defesa sofisticadas. No caso do país possuir ameaças externas de vizinhos ou de forças externas, a demanda aumenta para a criação de capacidades e a expansão da base industrial-militar. Armas sofisticadas são necessárias para igualar se um potencial adversário e para atenuar possíveis deficiências quantitativas contra um adversário superior. O uso de tecnologia também age como um multiplicador de força, ou seja, amplia a capacidade militar nacional. A contribuição de Hoyt para esse trabalho é a de ajudar a compreender que países que sofreram algum tipo de embargo, estão envolvidos em disputas regionais ou ameaças de alianças que fizeram com que eles tivessem algum grau de preocupação com a sua segurança.

¹⁷ De diversas fontes: SEORI – Secretaria de Organização Institucional, AIAB – Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras.

¹⁸ O modelo desenvolvido por Hoyt não é um modelo formal de análise.

A relação que Estados possuem com as suas indústrias de defesa refletem o ambiente de segurança em que eles interagem, ambições, assim como experiências e expectativas sobre potências externas na sua região (idem, p.16). Os gastos brasileiros revelam também o ambiente de segurança, como concebido por Hoyt, na América do Sul. Apesar de não possuir um inimigo declarado na região, o Brasil passou a modernizar suas Forças Armadas. Outros países como Colômbia, Chile e Venezuela passaram a fazer o mesmo, a Argentina, por ser considerado um país e parceiro do Brasil no Mercosul, entra na nossa análise, mas como um caso desviante, já que o Estado argentino não tem realizado compras de envergadura. Mas as motivações para a modernização das Forças Armadas Sul-Americanas são as mesmas se considerarmos cada país individualmente? O que explica esse novo ciclo de rearmamento da região? Para elucidar essas questões, faremos uma breve colocação do atual estado das forças armadas dos países e as suas principais aquisições.

As Forças Armadas da República Argentina sofrem por causa de duas décadas dos gastos em defesa serem reduzidos e na falta de compra de novos equipamentos. O exército argentino é constituído de 56 mil integrantes e conta com um orçamento (em 2007) de 658 milhões de dólares. A Força Aérea Argentina tem um orçamento de 410 milhões de dólares, um efetivo de 27 mil integrantes, dois quais 700 são pilotos. A Armada Argentina possui 21 mil integrantes com um orçamento de 417 milhões de dólares. A Argentina fez grandes investimentos na compra de material bélico ainda na década de 1970 para combater a ameaça chilena na disputa pelo Canal de Beagle e até o ano de 1982 no pré-Guerra das Malvinas/Falklands. Com o fim da guerra, o país reduziu consideravelmente os seus gastos em defesa e tem colocado poucos recursos na aquisição de novos armamentos. Atualmente, alguns itens tiveram modernização, mas as forças armadas estão desatualizadas devido a duas décadas de baixo investimento na área (Villada, s/d). O Exército Argentino conta com três corpos de exército com duas brigadas blindadas, quatro mecanizadas, uma de paraquedas, duas de montanha e uma cavalaria. Ainda há grupos especiais (Forças Especiais), aviação e artilharia antiaérea. O material bélico do Exército Argentino é

composto por blindados TAM, SK-105, AMX-13, M-113 e AML-90, peças de artilharia CITER, M 56, VCA, AMX-Mk.F3, sistemas antiaéreos Roland e Oerlinkon. Também podemos observar a presença de vários helicópteros, cerca de 60, cuja grande maioria é de UH-1H. Um dos projetos notáveis de modernização é o Patagón de blindados que consiste na instalação de torres 105 mm em chassis de SK-105, adquiridos da Áustria. A Armada Argentina possui em torno de 60 embarcações e igual quantidade de aeronaves. Na marinha podemos encontrar quatro destróiers Meko-360H2, um Type 42, seis corvetas Classe A-69, dois submarinos TR-1700, um IKL 209/1200 e duas lanchas rápidas. A Aviação Naval tem 11 aviões de ataque tipo Super Etendart, veteranos da Guerra das Malvinas/Faklands, aviões de patrulha marítima e helicópteros. Com a dotação de recursos adicionais, a marinha vai recuperar o Estaleiro Ministro Manuel Domeq Carcía (MMDG), originalmente construído para submarinos, mas sem ter fabricado algum. As modernizações de navios da Marinha Argentina eram realizadas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ – Brasil). A aviação naval ainda não possui recursos para adquirir novas aeronaves, mas tem feito melhorias eletrônicas em algumas, como os Super Etendart que receberam novos datalink para os mísseis Exocet, sendo possível o lançamento sem uso de emissões radar.

A Força Aérea Argentina (Fuerza Aerea Argentina) é a que em pior estado se encontra (Villadaa, s/d). A linha de frente da FAA é composta por 80 aviões A-4AR, Pucará, Mirage III, IAI Finger, IAI Dagger e Mirage-5 Mara. A grande maioria das aeronaves é veterana da Guerra das Malvinas/Falklands, mas os A 4AR foram modernizados. O problema é que grande parte das aeronaves está atingindo o limite da sua vida útil em bloco, ou seja, todas ao mesmo tempo. Como não há prioridade do governo de substituição dos aviões a tendência é que a situação piore. Por outro lado, as Forças Armadas do Chile são as mais modernas da América do Sul. O país passou por um processo de modernização rápido das suas forças armadas, passando de um grau de obsolescência alto para uma das forças mais modernas da região ao lado da Venezuela. O principal fato que possibilitou essa rápida modernização é a Lei do Cobre. Esse instrumento jurídico destina 10% das vendas do cobre que são realizadas pela empresa de mineração estatal CODELCO para a compra de material bélico.

Os recursos são destinados para as Forças Armadas garantindo uma fonte de financiamento independente (Villadab, s/d). Como a valorização dessa *commodity* foi alta durante os últimos anos, os recursos, conseqüentemente, possibilitaram várias compras de oportunidade o que elevaram o patamar qualitativo das forças. O Exército do Chile tem 18 mil oficiais e suboficiais, 13 mil conscritos e 2 mil soldados profissionais. No ano de 2007 o Exército recebeu 653 milhões com recursos da Lei do Cobre. O exército opera mil blindados incluindo M-113, Leopard 1-V, M-41, YPR 765, Cardoen Piranha 6x6 e FAME Piraña 8x8. O mais relevante foi a aquisição de 118 carros de combate Leopard 2 A4 da Alemanha, tornando todos os outros carros de combate da região obsoletos. Também foram adquiridos obuseiros autopropulsados M-109 da Suíça e veículos de transporte Hummer. A Aviação do Exército chileno comprou helicópteros do tipo AS.355 e AS.350B.

A Armada do Chile possui um orçamento de 536 milhões de dólares mais a Lei do Cobre. Com os recursos adicionais, o Chile adquiriu três fragatas Type 23 à Grã-Bretanha, sendo a sua marinha composta por uma fragata Type 22, mais três que foram adquiridas da Holanda, a Classe M e duas Classe L. O Chile comprou recentemente da França dois submarinos novos do tipo Scorpenne, melhorando a sua frota de submarinos, e somando essas unidades aos dois IKL 209/1400 que são utilizados pela Armada. A força aérea do Chile deu um grande salto qualitativo, melhorando significativamente as capacidades militares nacionais com a aquisição dos caças F-16 Block 50+. Dessa forma, a Força Aérea do Chile (FACH) é uma das mais modernas da América do Sul, ao lado da Venezuelana. No total, a FACH possui 75 caças de combate distribuídos entre cinco grupos. Entre eles estão os novos F-16 Block 50+, F 16AM (comprados de segunda mão da Holanda), F-5 Tigre III e Mirage Pantera. A FACH está colocando recursos em um programa de satélites como o FASAT BRAVO¹⁹ e almeja a compra de um satélite para aplicações militares e civis da empresa European Aeronautic Defense and Space Company (Villadab, s/d).

¹⁹ O satélite FASAT ALPHA não teve um lançamento bem sucedido.

A Colômbia conta com um efetivo de 391 mil homens nas suas Forças Armadas. A maior parte desse contingente encontra-se alocado para o Exército, sendo uma das principais razões o combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o Exército de Libertação. Ambas as organizações são consideradas pelo governo forças insurgentes e o esforço na modernização dos seus sistemas de armas tem sido para a contra-insurgência (COIN). Um exemplo disso foi a aquisição de aeronaves A-29 Super Tucano ao Brasil, sendo uma das principais finalidades desse tipo de avião as missões COIN. O Exército Colombiano foi o ramo das forças armadas que apresentou um maior crescimento com relação às outras, 130% ao longo de 17 anos atingindo 220 mil integrantes (Luna, s/d). O governo colombiano tem investido em brigadas móveis do tipo ligeiras que são especializadas em COIN sendo 100 batalhões desse tipo no exército. O Exército emprega blindados como o EE-9 Cascavel, EE-11 Urutu, M-113 e M-8. A aviação do exército teve aumentos significativos alcançando a marca de 100 helicópteros, dentre estes, se destacam os Mi-17 (18 helicópteros) e UH 60 Blackhawk. Este último totaliza em 35 unidades, sendo 20 adquiridos com recursos colombianos e outros 15 doados pelos Estados Unidos (Luna, s/d). Atualmente, a Colômbia estuda a aquisição de mais Blackhawks. A Armada Colombiana é formada por fragatas ligeiras, submarinos oceânicos, submarinos táticos, navios de apoio logístico, navios hidrográficos. É importante frisar que a Armada possui 30 lanchas de combate fluvial e 230 lanchas de combate ligeiras, estas são consideradas relevantes para o combate à guerrilha e ao narcotráfico. A Força Aérea Colombiana (FAC) possui em seu quadro, cerca de 11 mil militares, sejam homens ou mulheres. Houve um crescimento do efetivo da força aérea, mas o importante foi o ganho operacional que o país teve nos últimos anos. A linha de frente da caça colombiana é composta por aeronaves Kfir de fabricação israelense no padrão C7. Esses aviões são complementados com Mirage-5 que foram atualizados ao padrão dos Kfir. A FAC adquiriu recentemente mais aviões AC-47T "Spooky" sendo estes considerados vitais para o combate à guerrilha (idem). Outra aeronave importante para o combate às FARC e ao ELN são os aviões A-29 Super Tucano (total de 25) adquiridos do Brasil pelo preço de 234 milhões de dólares²⁰.

²⁰ No acordo também foram incluído armamentos, sobressalentes e treinamento.

Foi com estas aeronaves que a FAC atacou na fronteira com o Equador o grupo do guerrilheiro Raul Reyes. A morte de Reyes e o ataque na fronteira causaram atritos diplomáticos com o Equador sendo, inclusive, levado à esfera de atuação da Organização dos Estados Americanos. É importante frisar que a tecnologia empregada no Super Tucano possibilitou o ataque que vitimou Reyes e aumentou a capacidade operativa de combate às FARC. A Força Aérea também utiliza aviões OV-10 Bronco, AT-27 Tucano (utilizado agora para treinamento), helicópteros Blackhawk, Huey II, MD 530 entre outros. Outro fator importante é ressaltar o papel da Polícia Nacional. Esta também possui como principal função o combate à guerrilha e narcotráfico, utilizando para essa finalidade 25 aviões e 70 helicópteros, entre eles o Blackhawk, com um efetivo de 130 mil homens (ibidem).

As Forças Armadas da Venezuela passam por um período, na presidência de Hugo Chávez, de grandes modificações na sua estrutura e de potencializar as capacidades militares nacionais. A Venezuela passou a adquirir armas principalmente da Rússia no intuito de levar as suas forças armadas a um novo patamar militar. Devido aos recursos abundantes que vieram por causa dos altos preços do petróleo no mercado internacional, a Venezuela adquiriu armas sofisticadas tornando as suas forças armadas de uma simples força convencional para uma força capaz de enfrentar uma potência superior em um conflito assimétrico (Luna e Villada, s/d). A opção por aquisição de material bélico de procedência russa foi tomada devido à ingerência norte-americana sobre a venda de armas. Contratos importantes com a Espanha (C-295, aeronave de transporte) e Brasil (Super Tucano, aeronave COIN, treinamento, ataque ao solo) não puderam ser concluídos porque as aeronaves utilizavam componentes norte-americanos e foram vetados pelo Congresso. Portanto, para que não houvesse mais problemas na compra e que viesse acompanhada de restrições à sua utilização, a Venezuela optou por ter os russos como fornecedores. O Exército Venezuelano é tradicionalmente pequeno, porém, cresceu ultimamente e está incluindo armas modernas em seu arsenal. Pode-se encontrar blindados dos tipos: AMX-30, AMX-15, Dragon, Scorpion, V-100/150.

O projeto importante que está sendo implantado é a inclusão dos helicópteros de ataque Mi-35 Hind (10) no inventário do exército. Mais unidades devem ser adquiridas, além do que, foram fechados contratos com a russa Rosoboronexport para compra de helicópteros de transporte Mi-15V 5, helicópteros pesados Mi-26T. Nessa gestão de Hugo Chávez foi criado o Comando Geral da Reserva Nacional e Mobilização Geral (CGRNMG) que é composto de reservistas das Forças Armadas, cidadãos sem instrução militar que são organizados para a luta de guerrilha e combate assimétrico. Inicialmente, Chávez deseja que esse comando possa mobilizar em torno de 2 milhões de soldados, se bem que a capacidade de armar esse contingente é pequena. No ano de 2005 foi fechado um acordo para a compra, novamente com a Rússia, de 100 mil fuzis de assalto tipo Kalashnikov AK-103 (munição de 7,62 mm) para substituir o FAL. Nesse acordo também foi estipulada a criação de fábrica de fuzis e munições para armar o CGRNMG, que terá uma cadência de produção de 50 mil fuzis por ano (idem). Também está sendo produzido no país o veículo tático Tiuna, da categoria do Hummer americano, para o Exército, sendo que 310 já foram entregues. A marinha venezuelana (Armada da República Bolivariana da Venezuela – ARBV) possui um efetivo de 18.300 homens e nela podemos encontrar fragatas Classe Lupo, patrulheiros lança-mísseis da classe Federación, canhoneiras Constitución, submarinos tipo IKL 209/300, entre navios tanque, navio oceanográfico e um navio escola. Foi firmado um acordo com a Espanha (em 2005) para a construção de navios patrulha, sendo que o acordo englobará a transferência de tecnologia para o estaleiro DIANCA, com a produção local de um navio. A ARBV também incorporará, em breve, submarinos do tipo Amur (lote avaliado em 1-2 bilhões de dólares) com mísseis de cruzeiro, sendo esses capazes de atingir o território continental dos Estados Unidos. Esses submarinos também aumentam o perímetro de segurança da Venezuela, caso haja um eventual bloqueio americano ao país.

A Força Aérea Venezuelana (Aviación Militar Venezolana) emprega aviões Mirage 50EV/DV adquiridos na década de 70 e modernizados no início dos anos 90. Há também aviões F-16 (Block 15) comprados na década de 80, mas que não tiveram modernizações significativas.

O diferencial da AMV foi a chegada dos 24 Su-30MK2 no ano de 2006. Esses caças bombardeiros estão entre as aeronaves mais modernas da América do Sul ao lado dos caças F-16 chilenos. Os Sukhoi Su-30 também possuem alcance para um possível ataque ao território continental estadunidense. Um acordo que é importante frisar foi celebrado entre a Venezuela e a República Islâmica do Irã. Numa busca de autonomia tecnológica, o acordo foi feito para o desenvolvimento e fabricação de Unmanned Air Vehicles (UAV – Veículos Aéreos Não Tripulados) que será feito em conjunto (ibidem).

O Brasil também passa por um período de modernização das suas Forças Armadas (Maia, 2008). Cronicamente, as Forças Armadas Brasileiras são carentes de recursos para se manter na vanguarda tecnológica, além do mais, os recursos para pessoal (ver tabela 1) consomem 75,66% do orçamento do Ministério da Defesa. De acordo com o International Institute for Strategic Studies de Londres, o Brasil investe cerca de 1,8% em defesa, enquanto a média dos países é de 3,5% (apud Drummond, s/d). Outra questão discutida é a participação da indústria nacional no processo de rearmamento brasileiro. A realização das compensações (*offset*) é considerada importante para que se possa beneficiar o setor industrial brasileiro. O Exército Brasileiro tem se preocupado em incrementar qualitativamente a instituição, como, por exemplo, o treinamento de pessoal na participação brasileira na MINUSTAH e em Operações de Paz. Sobre o material, o exército adquiriu obuseiros 105mm OtoMelara, obuseiros autopropulsados M-109 de 155mm, carros de combate Leopard 1-A5 e mísseis antiaéreos Iгла (adquiridos da Rússia). A empresa Flight Solutions em São José dos Campos venceu a licitação para o desenvolvimento e fornecimento de um UAV para o Exército Brasileiro. A Aviação do Exército ampliou seu inventário com a compra de helicópteros Cougar e Blackhawk e também será beneficiada com a industrialização (produção local) do EC-725 Cougar pela Helibrás que fornecerá helicópteros para o Exército, Marinha e Aeronáutica. Além da expectativa de recebimento dos EC 725 está o programa do submarino nuclear. Foi firmado um acordo com a França que possibilitará a venda de submarinos tipo *Scorpène* à Marinha do Brasil, assim como a transferência de tecnologia e a construção do submarino nuclear brasileiro.

Os submarinos estão no topo da prioridade da marinha do Brasil que inclui além dos submarinos (essenciais para a defesa da camada pré-sal), torpedos, navios patrulha, helicópteros, navios de escolta, navios patrulha fluviais, navios hidrográficos, modernização do navio aeródromo São Paulo, produção de mísseis, minas, munições, carros de combate e apoio (Maia, 2008). Com a industrialização do EC-725 a Marinha do Brasil deve receber em torno de 15 helicópteros. As fragatas tipo *Greenhalgh* e as corvetas Inhaúma serão modernizadas, assim como o navioaeródromo São Paulo e as aeronaves que ele opera os AF-1 Skyhawk. A Força Aérea Brasileira (FAB) também tem um problema sério de contingenciamento de recursos, mas foram possíveis algumas modernizações e compras de aeronaves. Dentro dessas aquisições estão os P-3 Orion para patrulha marítima, C-130 Hércules, Airbus ACJ presidencial, Embraer ERJ-145, CASA C-295, Mirage 2000, Super Tucano, helicópteros Blackhawk, helicópteros de ataque Mi-35 Hind. As modernizações englobam os P-3 Orion, F-5 E/F para o padrão F-5BR e A-1 (AMX). A prioridade para a FAB é o Programa F-X2 que substituirá a aviação de caça brasileira por uma aeronave de combate multimissão. Inicialmente, serão adquiridas 36 aeronaves para possibilitar a transferência de tecnologia para a indústria brasileira que provavelmente deve atingir o número de 120 padronizando a Força Aérea com a aeronave. A FAB também vai receber helicópteros através da industrialização do EC-725. Foram liberados recursos para suprir a necessidade de uma aeronave de transporte tático que será suprida com a plataforma C-390 produzida pela Embraer. Um importante acordo foi firmado com a empresa Denel da África do Sul o desenvolvimento do míssil A-Darter (míssil lançado dos caças com capacidade além do alcance visual de 5ª geração), tendo a FAB acesso a produção local do míssil, assim como a transferência e acesso a todas as tecnologias do míssil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho descrevemos e analisamos o atual estado geopolítico regional e a composição das Forças Armadas da América do Sul. De acordo com as evidências que mostramos ao longo do texto, podemos perceber que, primeiramente, esse novo ciclo de rearmamento da América do Sul ocorreu, no caso de Venezuela e Chile, porque os países estavam passando por um período de crescimento econômico. Esse crescimento possibilitou que os orçamentos de defesa dos países, no tocante às aquisições, pudessem ser incrementados, favorecendo a compra de material bélico moderno do exterior. Nesse mesmo período, as *commodities*, que são a principal pauta desses países, tiveram o seu preço majorado sensivelmente, como o caso do petróleo, principal fonte de recursos do governo venezuelano e o cobre, no caso chileno. Um exemplo de caso desviante no continente é a Argentina que, apesar de estar sofrendo uma obsolescência em bloco do seu arsenal militar, não teve nesse período gastos militares significados para a compra de novos armamentos. O que explica esse desvio da Argentina das outras nações são as crises econômicas que o país passou como a de 2001. Esse novo ciclo de rearmamento ganhou um novo impulso após a Operação *Iraqi Freedom* quando os Estados Unidos invadiram o Iraque e depuseram o governo de Saddam Hussein. De acordo com o governo de George W. Bush, o Iraque fazia parte do "Eixo do Mal", ou seja, países que financiavam o terrorismo. Portanto, seria legítima a invasão do Iraque, também porque Saddam Hussein era acusado de possuir armas de destruição em massa. Denúncia que nunca se confirmou com provas desde os inícios dos ataques. Uma das principais reações na região foi que a Venezuela acelerou o seu processo de aquisição de material bélico do exterior. Diante do exposto, a percepção de segurança, como colocado por Timothy Hoyt (2007) é fundamental para um país iniciar a compra de material bélico do exterior ou desenvolver a sua indústria nacional. Podemos identificar dois blocos de comportamentos:

O primeiro, Brasil e Venezuela respectivamente, são guiados pela finalidade geopolítica de projeção de poder e incremento da capacidade militar na região. Embora entre esses o Brasil persiga de forma mais ativa uma política de autonomia tecnológica e estratégica com possibilidade de projeção regional. Já a Venezuela apresenta mais motivações defensivas quanto a uma possível ameaça estadunidense e necessidade de modernizar as suas Forças Armadas. O Brasil tem como principal finalidade no seu rearmamento, fazer ressurgir a indústria bélica nacional, como principal elemento para a defesa da sua soberania. A Venezuela deseja manter uma possível ingerência americana à distância, por isso, elevou o patamar das suas forças armadas de uma simples força convencional para uma força que se pretende capaz de enfrentar um inimigo superior em um combate assimétrico. Caso a Venezuela mantenha seu programa de crescimento militar, ela estará entre as maiores potências militares da região, pois possuirá os armamentos mais modernos. O segundo bloco, compreendido por Chile e Colômbia, tem como motivação essencial finalidades técnica sem expressivas pretensões de aumento de influência ou pressão sobre a região, sendo o rearmamento motivado mais profundamente por desafios domésticos e localizados. Embora, isso não nos permita inferir que o rearmamento de Chile e Colômbia não origine repercussões importantes para a geopolítica regional. O que argumentamos é que em virtude dos cenários de atuação priorizados em suas políticas de defesa, voltadas principalmente aos seus respectivos exteriores próximo, as transformações no equilíbrio militar ligado ao Chile e Colômbia tendem a exercer reduzido efeito sobre a região.

O Chile foi beneficiado pela Lei do Cobre e o aumento do preço da *commodity* no mercado internacional. O inesperado fluxo de recursos possibilitou o aumento das capacidades militares chilenas via novos armamentos, apesar de que esses novos armamentos não signifiquem independência estratégica, pois não há desenvolvimento significado da indústria nacional. No caso da Colômbia a principal motivação é a luta Contra Insurgência (COIn). Todos os esforços do país têm se voltado para essa área de atuação das suas forças armadas e, parte desse rearmamento não teria sido possível sem a ajuda militar estadunidense com recursos do Plano Colômbia.

Para que a região sul americana goze de autonomia estratégica, percebemos como necessária uma maior integração das nações, não apenas economicamente, mas o desenvolvimento de parcerias militares entre as indústrias nacionais que possibilite uma maior autonomia a compradores estrangeiros. Mecanismos como o Conselho de Defesa Sul Americano (CDS UNASUL) aponta nessa direção, a favor de uma maior autonomia estratégica da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMINO, Aparecido Camazano (2009). "Aviação Militar na América Latina". In: Flap Internacional. Julho, pp. 006 162.

BATAGLINO, Jorge. (2009), "Vigiar e castigar: a reativação da IV Frota e o novo paradigma de controle global dos EUA". Revista Política Externa, vol. 17, nº 4, Mar/Abr/Mai.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. (2003), *Regions and Powers: the structure of international security*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.

CANDIDO, Jairo (2008). "Um novo tempo para a indústria de defesa". In: *Tecnologia & Defesa*, nº114.

DRUMMOND, Cosme Degenar (s/d). "Um objetivo ambicioso". In: *Tecnologia e Defesa*, nº115.

HOYT, Timothy. (2007), *Military Industry and Regional Defense Policy: India, Iraq and Israel*. Nova York, Routledge.

LIMA, Maria Regina; HIRST, Mônica. (2006), "Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities", *International Affairs*, v. 82, nº1, pp. 21 40.

LUNA, Andres. (s/d), "Colômbia". *Tecnologia & Defesa*, nº110.

MAHNKEN, Thomas G., MAIOLO, Joseph. (2008), *Strategic Studies: A Reader*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

MAIA, Paulo. (2008), "A Modernização das Forças Armadas: As medidas já em andamento e o que poderá vir a ser implementado", *Tecnologia & Defesa*, nº114.

MARES, David R. *Violent Peace: militarized interstate bargaining in Latin America*. New York: Columbia University Press. 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. "O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior". *Revista Espaço Acadêmico*, [20/05/2009], Disponível na internet : <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>.

NEWSWEEK. (2009), "Hey, Big Spender". *The Capitalist Manifesto: By Fareed Zakaria*. 22/06/2009.

NOGUEIRA, João Paulo; MESSARI, Nizar. (2005), *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Campus.

PUTMAN, Robert. (1988), "Diplomacy and Domestic Politics: the Logic of Two Level Games," *International Organization* pp. 427 61.

VALLADÃO, Alfredo G. A. (2007). *The new Tordesillas line: The present great Latin America East West divide*. Disponível em: <http://www.chairemercosur.sciencespo.fr/fichiers/Publications/commerce/articles/2008/tordesilhas.pdf>. Acessado em 14 de Outubro de 2009.

VILLADA(a), Christian (s/d). "Argentina". *Tecnologia & Defesa*, nº110.

VILLADA(b), Christian (s/d). "Chile". *Tecnologia & Defesa*, nº110.

VILLADA, Christian e LUNA, Andres (s/d). "Venezuela". *Tecnologia & Defesa*, nº110.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. (2006), "O Brasil e a integração sul americana: força e fragilidades de um gigante periférico", in Fagundes, Paulo Vizentini e Wiesebron, Marianne (eds.) *Neohegemonia americana ou multipolaridade? Polos de poder e sistema internacional*. Porto Alegre, Editora UFRGS.